

INSTITUIÇÕES DE ENSINO E A LACUNA NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES

Vitor Hugo Moura Pontes Araújo¹
Pedro Henrique Lazarini Braga²
Larissa Alvernaz Assis Costa³
Eber Rodrigo Caizer Ferreira⁴
Francisleila Melo Santos⁵
Renam Vieira da Silva⁶
Victor Leandro Felix Maia Silva⁷

RESUMO: O presente artigo é resultado da pesquisa acadêmica interdisciplinar, sob a égide dos direitos humanos fundamentais, realizada pelos alunos do quinto período de Administração da Faculdade DOCTUM de Ipatinga, Minas Gerais. Através de pesquisa bibliográfica foram analisados os métodos de ensino, tendo por início, a catequese dos índios pelos jesuítas, passando pela implementação da rede privada de educação, culminado nos dias atuais. As lacunas encontradas justificam a pergunta desta pesquisa; - Seria o modelo de ensino brasileiro capaz de ir além do que se propõe os direitos fundamentais garantidos pela constituição, capacitando os alunos a produzir frutos positivos em sua carreira profissional e torná-los empreendedores? As referências pesquisadas indicam que, desde o início do processo educacional, as instituições, em sua maioria, elaboram suas diretrizes de ensino baseadas em metodologias voltadas para a transmissão de conhecimento e poucas incentivam e mensuram o aprendizado do aluno na prática, trazendo à tona uma reflexão acerca das inteligências múltiplas (GARDNER, 1992). Gardner (1992) enfatiza o processo de "destruição criativa", através do qual produtos ou métodos de produção existentes são destruídos e substituídos por novos; tornando este o ponto focal da conclusão deste artigo. Neste processo de substituição dos antigos por novos métodos de ensino, conclui-se que, com o advento de novas tecnologias é sugestivo que os métodos de ensino empregados, possibilitem o aprendizado através de experiências práticas, utilizando de metodologias ativas (MORÁN, 2015), visando estimular o aluno a desenvolver todas as suas nove inteligências para que haja crescimento pessoal e desenvolvimento do espírito empreendedor.

Palavras Chave: Habilidades, Aprendizado, Evolução, Inteligência.

TEACHING INSTITUTIONS AND GAP IN SKILLS DEVELOPMENT

ABSTRACT: This article is result of interdisciplinary academic research, under the aegis of fundamental human rights, conducted by the students of the fifth period of Business of Faculty Doctum of Ipatinga City, Brasil. Through extensive bibliographic research, teaching methods were analyzed from the very beginning, starting with the Jesuits Catechesis of the Indians, through the implementation of a celetist education network, reaching the present day, whose gaps found emphasize the question of this research; It would be the Brazilian educational model capable of going beyond what is proposed by the fundamental rights guaranteed by the constitution, enabling students to produce positive results in their professional career and make them entrepreneurs. The references researched indicate that since the beginning of the educational process, most institutions have elaborated their teaching guidelines based on methodologies directed to the transmission of knowledge and few encourage and measure the student's learning in practice, bringing reflection about of multiple intelligences (GARDNER, 1992) where the author emphasizes the process of "creative destruction", whereby existing products or production methods are destroyed and replaced by new ones, making this the focal point of the conclusion of this article. In this process of replacing the old ones with new teaching methods, we conclude that, with the advent of new technologies, it is suggestive that the teaching methods employed enable learning through practical experiences, using active methodologies (MORAN, 2015) and stimulating the student, in developing all nine intelligences, from teaching to experiential learning so that growth, student evolution, and entrepreneurial spirit develop.

Key-Words: Skills, Learning, Evolution, Intelligence.

¹ Graduando em Administração pela Faculdade DOCTUM de Ipatinga

² Graduando em Administração pela Faculdade DOCTUM de Ipatinga

³ Graduando em Administração pela Faculdade DOCTUM de Ipatinga

⁴ Graduando em Administração pela Faculdade DOCTUM de Ipatinga

⁵ Mestra em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce e graduada em Administração de Empresas pela Fundação Educacional de Caratinga, pós-graduada em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, professora dos cursos de Administração e Gestão de Recursos Humanos na Faculdade ÚNICA Timóteo e do curso de Administração da Faculdade DOCTUM de Ipatinga.

⁶ Graduando em Administração pela Faculdade DOCTUM de Ipatinga

⁷ Graduando em Administração pela Faculdade DOCTUM de Ipatinga

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo, trazer informações e detalhes sobre instituições de ensino, desde sua origem até o momento atual. A princípio, direcionamento do artigo, faz referências teóricas e históricas dos modelos de ensino adotados, já mostrando os indícios da criação de que se transformariam em uma rede uma rede privada e uma rede pública de ensino e as lacunas existentes no desenvolvimento das habilidades dos alunos.

A evolução dos conteúdos escritos neste artigo tem fases de vanguarda, que aborda os fragmentos coletados através de pesquisa documental, apresentando as reformas ocorridas desde o século XVI e dando ênfase nas relevâncias que foram adotadas pelas instituições de ensino por todo o país, relatando dificuldades vivenciadas por aqueles que buscam ingressar no meio escolar.

Este artigo retrata no seu desenvolvimento teórico, fases históricas, operacionais, contextos com analogias pragmáticas, voltadas ao esclarecimento da capacidade de o ser humano adquirir vários tipos de inteligências. A partir do conhecimento transmitido no processo de formação escolar, desde o ensino fundamental até os altos níveis de ensino superior, gerando o questionamento a ser debatido: - seria o modelo de ensino brasileiro capaz de ir além do que se propõe os direitos fundamentais garantidos pela constituição, capacitando os alunos a produzir frutos positivos em sua carreira profissional e torná-los empreendedores?

A construção baseada no tema principal e o subtema do trabalho se denomina no relacionamento que em nosso país, o Brasil, concede a todos o direito de poder estudar e obter um conhecimento educacional designado pelas redes institucionais de ensino (BRASIL. Constituição,1988). Isto torna a educação um direito fundamental, através do qual espera-se que sempre tenham pessoas se qualificando, aprimorando ideias, habilidades, recursos e desenvolvendo o caráter social e profissional.

Contudo, o que será apresentado é uma série de fatores que influenciaram e ainda tem influência no polo educacional de ensino e no desenvolvimento de pessoas, acrescentando-se que, é importante saber diferenciar os métodos de ensino e os métodos de aprendizagem. Essas

diferenças fazem uma analogia no conteúdo do artigo com as múltiplas inteligências e o empreendedorismo, enquanto forma de conhecimento.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. A ORIGEM DO MODELO DE ENSINO ATUAL

Para abordar modelo de ensino atual, é necessário apresentá-lo a partir de seu surgimento, cujos dados históricos remontam ao ano de 1549, quando os primeiros jesuítas desembarcaram no Brasil, onde hoje está situado o estado da Bahia.

A educação era idealizada pela igreja católica que tinha um forte vínculo com o governo Português e, seu o objetivo, era catequizar o índio brasileiro na fé cristã. Os índios estudavam em escolas improvisadas, construídas por eles mesmos; já os filhos dos colonos recebiam o conhecimento de uma forma mais estruturada, em escolas construídas e preparadas para recebê-los.

A educação no Brasil colonial era direcionada somente aos homens. As mulheres não tinham acesso aos colégios e eram educadas somente para a vida doméstica e religiosa (ALMEIDA, 2016).

Os jesuítas seguiam o *Ratio Studiorum*, que continham as diretrizes curriculares que eram as bases dos pensamentos da igreja, neles constavam conteúdos como: Gramática média, gramática superior, humanidades, retórica, filosofia, sociologia entre outras áreas do conhecimento, sendo conceituado como:

Conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica ganhou status de norma para toda a Companhia de Jesus. Tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas (**RATIO ATQUE INSTITUTIO Studiorum Societatis Iesu Index Regularum**, 1599. Washington: Conference of Major Superiors Jesuits, 1559/1870).

Em 1750, com a assinatura do Tratado de Madri entre Portugal e Espanha, os Jesuítas, começaram a perder o que detinham sobre as diretrizes de educação e o Marquês de Pombal, ordenou a expulsão dos ensinamentos da Companhia de Jesus:

A Companhia de Jesus, ou Societatis Iesu, teve início a partir de um pequeno grupo de homens (Afonso Salmeron, Diogo Laines, Francisco Xavier, Nicolau Babilha, Pedro Fabro e Simão Rodrigues) que se

reuniam com Inácio de Loyola, o qual, a exemplo dos demais, estudava na Universidade de Paris, para refletirem sobre os Exercícios Espirituais, obra que Loyola escrevera na década de 1520 (MESQUIDA, 2013, p. 237).

Em 1772, o Marquês de Pombal influenciado pelos ideais iluministas implantou a chamada Reforma Pombalina, dando início aos primeiros passos para a criação do ensino público no Brasil. Iniciou-se as aulas régias, ministradas por docentes concursados, funcionários do Estado. As aulas aconteciam nas residências dos concursados e todas as despesas eram assumidas pela monarquia. Com este novo modelo de ensino, os índios, perderam seu espaço na educação e o alcance do ensino foi menor do que na época dos Jesuítas.

Com a presença da coroa portuguesa no Brasil em 1808 houve um avanço no investimento da educação que ocasionou na criação de escolas de ensino superior, com foco ainda nos filhos da nobreza. Em 1827 as mulheres conseguiram o direito a estudar, porém somente em escolas primárias. Apenas em 1879 o governo autorizou que as mulheres ingressassem em escolas de nível superior.

No período do governo de Getúlio Vargas, a educação constava na constituição com um direito de todos e aos poucos foi perdendo o caráter elitista. Em 1961, passou a vigorar a Lei de Diretrizes da Educação - LDE, reunindo um núcleo de disciplinas comuns a todos os níveis educacionais (BRASIL, 1996).

A LDB colocou em vigor a denominação de Ensino Fundamental e Ensino Médio com as seguintes etapas:

- ✓ **Educação Infantil:** duração de 4 anos, com alunos de 0 a 3 anos;
- ✓ **Pré-escola:** duração de 3 anos, com alunos de 4 a 6 anos;
- ✓ **Ensino Fundamental:** duração de 9 anos, com alunos de 6 a 14 anos;
- ✓ **Ensino Médio:** duração de 3 anos, com alunos de 15 a 17 anos;
- ✓ **Ensino Médio Técnico:** escolas podem oferecer cursos técnicos em períodos contratuais; – que são os períodos extraclasse – para seus alunos. A duração é variável, podendo ser de 1 a 3 anos” (BRASIL,1996).

Foram através destas fases que o sistema educacional brasileiro começou a ganhar a forma do que é hoje.

2.2. AS INSTITUIÇÕES E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO X APRENDIZAGEM

Uniformes, salas fechadas, grades nas janelas e um horário específico, com tempo pré-estabelecido, para poder comer, interagir com outros e retornar a sua sala. É possível associar a descrição acima com uma empresa, ou até mesmo com uma prisão, porém, refere-se ao cotidiano de muitas escolas brasileiras.

O modelo existente praticamente não mudou desde o século XIX, o que denota um perfil, de certo modo, inadequado ao contexto atual, conforme relato da psicóloga e empresária brasileira, Viviane Senna, no ano de 2015 durante uma entrevista para o site BBC Brasil. Na entrevista, Viviane Senna afirma que a educação do Brasil “ficou parada no tempo, preparando os alunos para um mundo que não existe mais” (BBC NEWS, 2015).

Ao destacar que a tecnologia, as informações e as interações estão mais dinâmicas do que nunca, a opinião de Viviane Senna se correlaciona as pesquisas de John Dewey (1859-1952). Dewey (1978) ressalta ser preciso valorizar a capacidade de pensar dos alunos, prepará-los para questionar a realidade, unir teoria e prática, além de problematizar situações, para que as habilidades de resolver problemas possam ser desenvolvidas.

Segundo Dewey (1978) o que é praticado, via de regra, nas instituições de ensino atual, é um cronograma com matérias pré-estabelecidas que não oportunizam ao aluno o desenvolvimento de aptidões e habilidades (*apud* DEL MONTE, 2014).

As instituições, em sua maioria, se preocupam mais com o conteúdo que ensinam do que com o que o aluno aprende. Para Morán (2015, p.16) “os métodos tradicionais, que privilegiam a transmissão de informações pelos professores. Faziam sentido quando o acesso à informação era difícil” na modernidade, com o advento da tecnologia da informação o conhecimento está cada vez mais acessível a todos e enfatiza:

O que a tecnologia traz hoje é integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo digital. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que se mescla, hibridiza constantemente. Por isso a educação formal é cada vez mais *blended*, misturada,

híbrida, porque não acontece só no espaço físico da sala de aula, mas nos múltiplos espaços do cotidiano, que incluem os digitais. O professor precisa seguir comunicando-se face a face com os alunos, mas também digitalmente, com as tecnologias móveis, equilibrando a interação com todos e com cada um (MORÁN, 2015, p.16).

Deste modo, para romper com a ineficiência do modelo tradicional de ensino, faz-se necessário que as instituições estejam alinhadas com as melhores práticas do mercado, utilizando-se de ferramentas inovadoras como, por exemplo; - Metodologias Ativas – mecanismo que oportuniza aos alunos a aprenderem de forma autônoma e participativa, a partir de problemas reais, o tornando protagonista de seu próprio aprendizado (MORÁN, 2015).

2.3. TEORIA DAS MÚLTIPLAS INTELIGÊNCIAS

O psicólogo americano, Howard Gardner, após mais de 20 anos de estudo, afirma que “a mente humana é composta de múltiplas inteligências e que elas são independentes” (GARDNER, 1992). Este contraponto frente a percepção geral, que só existe um tipo de inteligência, desmistificou a questão e trouxe um novo olhar para o mundo conforme ilustrado na figura 1.



Figura 1 – Nove tipos de inteligência segundo Gardner.
Fonte: Howard, Gardner – Inteligências Múltiplas (1995)

Gardner (1995), em suas pesquisas, elencou 9 tipos de inteligência:

1. **Naturalista** – Entendimento dos seres vivos e a natureza;
2. **Musical** – Diferenciar sons, ritmos, tons e timbres;

3. **Lógico-matemática** – Fazer e provar quantificações e hipóteses;
4. **Existencial** – Questionar o porquê vivemos e o porquê morreremos;
5. **Interpessoal** – Entender os sentimento e motivações das pessoas;
6. **Corporal-sinestésica** – Coordenar a mente com o corpo;
7. **Linguística** – Encontrar as palavras certas para se expressar;
8. **Espacial** – Ver o mundo em 3D e uma mais;
9. **Intrapessoal** – Entender a si mesmo, o que sente e o que quer,

porém, seus estudos foram inconclusivos ao atestar que essa é um tipo de inteligência única (GARDNER, 1995).

Conforme as análises de Gardner (1992), além de existir mais de um tipo de inteligência, as mesmas podem se apresentar de duas maneiras: - inteligências genéticas e desenvolvidas, além de ser possível que um indivíduo tenha ou desenvolva mais de um tipo de inteligência.

Os estudos de Gardner (1992) lançam por terra tanto o conceito formado de inteligência quanto o de desinteligência, uma vez que indivíduos diferentes podem ter inteligências diferentes. Como exemplo, não se pode afirmar que Albert Einstein é mais inteligente que Pelé, uma vez que é evidente a inteligência lógico-matemática de um, enquanto o outro é reconhecido mundialmente por sua inteligência corporal-sinestésica como o melhor jogador de futebol de todos os tempos.

Para VITAL (2009), a teoria das Múltiplas Inteligências comprova que ser bom em matemática ou idiomas, por exemplo, não são as únicas maneiras de ser inteligente, portanto é indispensável que no processo de aprendizado os alunos sejam incentivados a desenvolver suas múltiplas inteligências.

3. RESULTADOS

EMPREENDEDORISMO COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES

O conceito de Empreendedorismo foi introduzido no Brasil fim do século XIX, e obteve sua maior intensificação a partir da década de 1990.

Chiavenato (2004, p. 11) apresentou os resultados de uma pesquisa feita 2001, envolvendo cerca de 29 países, sobre a população entre 18 e 64 anos que

se dedicam ao empreendedorismo. Nesta pesquisa, o Brasil aparecia em 5º lugar com o percentual de 14,2% da população.

Em 2005, o Brasil ocupava a 15ª posição do Ranking do Empreendedorismo por Oportunidades e a 4ª posição no Ranking do Empreendedorismo por Necessidades, segundo pesquisa da *Global Entrepreneurship Monitor* – GEM realizada em 36 países.

Trazendo esta informação para mais perto dos dias atuais, de acordo com uma matéria do Diário Comercio Indústria e Serviços - DCI publicada em 31/11/2017, o Brasil se manteve na 98ª colocação no ranking mundial de empreendedorismo *Global Entrepreneurship Index* - GEI.

Levando em conta a tendência de crescimento do País, a edição 2018 do estudo aponta que níveis mais altos de empreendedorismo podem ser atingidos.

Empreendedorismo, pode ser definido como a capacidade ou ação de fazer acontecer algo através da criatividade e da motivação, para BARRETO (1998, p. 190) “empreendedorismo é habilidade de criar e constituir algo a partir de muito pouco ou de quase nada”. É o desenvolver de uma organização em oposição a observá-la, analisá-la ou descrevê-la.

Pode-se afirmar então, que o Empreendedorismo, também é uma importante e efetiva ferramenta de desenvolvimento pessoal. Por este motivo, ainda que este não seja tratado como uma ciência básica de conhecimento como, por exemplo, a matemática, ele pode e deve ser ensinado e desenvolvido não só nas universidades, mas também desde cedo na educação básica e média.

Torna-se necessário então quebrar antigos procedimentos e paradigmas no meio de ensino atual para a inclusão do Empreendedorismo Educativo. Empreendedorismo é um domínio específico. Não se trata de uma disciplina acadêmica com o sentido que se atribui habitualmente a Sociologia, a Psicologia, a Física ou a qualquer outra disciplina já bem consolidada. Trata-se do empreendedorismo como sendo, antes de tudo, um campo de estudo. Isto porque não existe um paradigma absoluto, ou um consenso científico.

Essa quebra da barreira imposta pelo método de ensino atual faz todo sentido na visão de Schumpeter (1988) vive-se um processo de “destruição criativa”, através da qual produtos ou métodos de produção existentes são destruídos e substituídos por novos.

Neste caso o produto velho, “o método atual de ensino”, é substituído por um produto novo: um método de ensino focado não somente na formação básica, mas também no desenvolvimento pessoal, profissional e acadêmico através do Empreendedorismo Educativo.

Olhando do ponto de vista que beneficia o estudante, os alunos que têm contato com o empreendedorismo na escola aprendem desde cedo o conceito de mobilização. Sempre com a supervisão ou ajuda de um professor, os jovens desenvolvem a autonomia e a liderança ao terem que distribuir funções entre os colegas, compartilhando com eles um objetivo em comum, desenvolvendo a habilidade do trabalho em equipe.

Algumas escolas particulares no Brasil já trabalham com atividades extracurriculares de empreendedorismo. Devido à lentidão da legislação brasileira, em transformar o tema em disciplina em todas as instituições de ensino, especialistas desenvolveram outras formas de apresentar o conceito de empreendedorismo para os alunos do Ensino Fundamental e Médio. Uma das alternativas possíveis para a implementação é a interação entre escolas e universidades, que já acontece nos Estados Unidos. Essa iniciativa ajuda os jovens alunos a conhecer as carreiras e a identificar com mais facilidade a área em que desejam atuar futuramente.

3. CONCLUSÃO

Conclui-se que o ensino que é transmitido desde o ensino fundamental, até o ingresso em uma instituição de ensino superior, tem impacto direto no que a população se tornará no futuro, e mesmo as dificuldades que muitos passam ao longo dos anos para obter um ensino de qualidade, possui um peso considerável no desenvolvimento da carreira profissional de um jovem.

A educação é um direito, conforme assegura a Constituição Federal de 1988, mas, para isto, são necessárias mudanças na maneira que a mesma é aplicada, pois, há uma diferença entre ensino e aprendizado.

O Brasil se destaca enquanto um país empreendedor e ocupa uma posição de destaque em meio a tantos outros países, concorrentes fortíssimos. Porém ainda é preciso estimular a população entre 18 e 64 anos a se dedicar a esta área, que é definida como a capacidade de fazer acontecer.

O foco de diversas instituições de ensino ainda é voltado para a transmissão do conhecimento, sem que haja mensuração do aprendizado na prática ou mesmo sem se ater a necessidade de estimular o empreendedorismo e desenvolver habilidades que farão os alunos alcançar bons resultados em seu desenvolvimento, pessoal e profissional.

O empreendedorismo é uma ferramenta importante no desenvolvimento pessoal, profissional e acadêmico. Campelli *et al* (2011) reforçam o papel do empreendedorismo quando afirmam que:

No limiar do Século XXI, o empreendedorismo social absorve aspectos antes desconsiderados, como a preocupação com a inclusão social. Isso significa voltar o olhar não apenas para a atividade lucrativa, mas entender o negócio e o mercado como possibilidades de diminuição das desigualdades, sejam elas sociais ou regionais. No mesmo sentido consolida-se a concepção de que a atividade empreendedora é responsável pelo estabelecimento do equilíbrio entre as grandes corporações e as micro e pequenas empresas, o que demanda esforços cada vez mais urgentes de entidades públicas e privadas, governamentais e da sociedade civil, dos ramos produtivos e, principalmente, das instituições de ensino (CAMPELLI *et al.*, 2011, p. 146).

Em algumas instituições o empreendedorismo é trabalhado como atividade extracurricular, pois, a mesma influencia o modo como aluno conhece carreiras e evolui no mercado e tal prática vem se mostrando eficaz no processo de formação profissional.

Neste processo de substituição dos antigos por novos métodos de ensino, conclui-se que, com o advento de novas tecnologias, é sugestivo que os métodos de ensino empregados possibilitem o aprendizado através de experiências práticas, utilizando de metodologias ativas (MORAN, 2015) e estimulando o aluno a desenvolver todas as suas nove inteligências (GARDNER, 1995).

Nota-se que há uma real necessidade de as instituições mudarem seu foco do ensino para o aprendizado vivencial para que haja crescimento, evolução dos alunos e desenvolvimento do espírito empreendedor.

Portanto, acredita-se que um modelo de ensino baseado em metodologias ativas, praticado com atividades que possibilitem o discente treinar suas competências estimulando suas múltiplas inteligências, se apresenta como o modelo de ensino ideal para a contemporaneidade, capaz de preencher a lacuna no desenvolvimento de habilidades.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. G. D. **Educação e evangelização**: A Convivência de Jesuítas e Índios No Século XVI no Brasil. Unimep, 2016. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/14072017_164137_admilsongoncalvesdealmeida_ok.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2019.

BARRETO, L. P. **Educação para o empreendedorismo**. São Paulo: Educação Brasil, v. 20, 1998. 189-197 p. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article/viewFile/612/522>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

BBC NEWS, COSTA, R. **Modelo de escola atual parou no século 19**, diz Viviane Senna, 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150525_viviane_senna_ru>. Acesso em: 04 abr. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e B**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CAMPELLI. Maqali Geovana Ramlow et al. Empreendedorismo no Brasil: situação e tendências. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 29, p. 133-151, 2011

CHIAVENATO. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. In: BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. **Empreendedorismo: Conceitos e Definições**. São Paulo: Saraiva, 2004. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article/viewFile/612/522>>. Acesso em: 05 abr. 2019

DCI. FERREIRA, R. **Brasil ocupa a 98ª posição em ranking global de empreendedorismo**., 30 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.dci.com.br/economia/brasil-ocupa-a-98-posic-o-em-ranking-global-de-empreendedorismo-1.539035>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

DEL MONTE, Silvia Cristina Soggio. **Educação e cidadania**: um estudo sobre John Dewey. Cadernos CIMEAC, v. 4, n. 1, p. 62-77, 2014.

GARDNER, Howard; **MÚLTIPLAS, Inteligências**. a teoria na prática. 1995.

GARDNER, Howard et al. **Multiple intelligences**. Minnesota Center for Arts Education, 1992.

INSTITUTIO RATIO ATQUE. **Studiorum Societatis Iesu Index Regularum**, 1599. Wa-shington: Conference of Major Superiors Jesuits, 1559/1870.

MESQUIDA, P. Catequizadores de índios, educadores de colonos, soldados de Cristo: Formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil de 1549 a 1759 a luz do Ratio Studiorum. Educar em revista, editora UFPR. Curitiba PR, p.236, 2013.

MORÁN, José. **Mudando a educação com metodologias ativas**. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens, v. 2, p. 15-33, 2015).

RATIO atque Institutio STUDIORUM – Organização e plano de estudos da Companhia de Jesus. In: FRANCA, Leonel. O método pedagógico dos jesuítas. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

SCHUMPETER. A teoria do desenvolvimento econômico. In: BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. **Empreendedorismo: Conceitos e Definições**. São Paulo: Nova Cultura, 1998. Disponível em: <<https://seer.imes.edu.br/index.php/revistas/article/viewFile/612/522>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

VITAL, M. **9 tipos de inteligência - infográfico**. Adioma, 2009. Disponível em: <<https://blog.adioma.com/9-types-of-intelligence-infographic/>>. Acesso em: 06 abr. 2019.